

O trabalho como mediação social e sua centralidade sob o capital

Maria Fernanda Escurra*

Resumo

O artigo aborda a constituição específica que o trabalho assume sob o capital e sua crítica enquanto atividade mediadora característica desta forma de organização social, sob o ponto de vista da possibilidade histórica de outras formas de mediação sociais. Trata-se da crítica do trabalho no capitalismo, crítica negativa que considera tanto do modo de produção como de distribuição, exigindo a superação do valor e das relações sociais abstratas, a superação do trabalho que cria valor.

Palavras-chave

Trabalho. Centralidade. Mediação social. Crítica negativa.

Abstract

The article discusses the specific constitution of labor under capital and its role as social mediating activity in this form of social organization. This historically specific determination of labor in capitalism is criticized from the point of view of the historical possibility of other forms of social mediation. Hence it is a critique of labor in capitalism, negative critique that takes into account both the mode of production and of distribution, the supersede of which would require the abolition of value and the abstract social relations, that is to say, the overcoming of labor that posits value.

Keywords

Labor. Centrality. Social Mediation. Negative Critique.

1- Crítica do trabalho no capitalismo ou o capitalismo do ponto de vista do trabalho

Postone (2014), em sua reinterpretação da teoria crítica madura de Marx,¹ sublinha que a constituição histórica específica que o trabalho assume no capitalismo – como uma categoria de mediação social característica, única e distintiva desta sociedade –, determina a “centralidade do trabalho”. Sob o capital, tal centralidade para a vida

* Professora Adjunta da Faculdade de Serviço Social/UERJ, membro GEPOC-UFF e Coordenadora do NEPTSC-UERJ. Agradeço os comentários dos Coordenadores do GEPOC-UFF, Mario Duayer e Paulo Henrique Furtado de Araujo, mas assumo da minha responsabilidade os possíveis equívocos.

¹ Postone (2005) justifica ter escolhido a obra madura de Marx por entender que proporciona a melhor fundamentação para uma análise rigorosa do desenvolvimento histórico alcançado pelo mundo moderno.

social significa que as relações sociais são caracterizadas principalmente como relações constituídas pelo trabalho (POSTONE, 2005, p. 264). Por conseguinte, observa o autor, a peculiaridade da estrutura social sob o capital é ser constituída pelo “trabalho, pela qualidade historicamente específica do trabalho no capitalismo. Portanto, as relações específicas e características do capitalismo só existem por meio do trabalho” (2014, p. 180).² Ele argumenta que a teoria madura de Marx “não é uma teoria do trabalho per se, senão dos atos do trabalho em tanto que atividades mediadoras no capitalismo” (POSTONE, 2005, p. 273). O autor, na sua exposição, deixa patente que a análise de Marx é uma crítica dessa forma de mediação social, sob o ponto de vista da possibilidade histórica de outras formas de mediação sociais.

De maneira resumida, os aspectos principais que Postone tenta apresentar, em relação à obra madura de Marx, são os seguintes: as suas categorias são historicamente específicas, a análise do trabalho também possui essa especificidade, trata-se de uma crítica tanto do modo de produção como do modo de distribuição, e sua crítica é uma “crítica do trabalho no capitalismo”.

Na sua fundamentação, Postone (2005; 2014) utiliza uma espécie de frase síntese para afirmar que o objeto da crítica de Marx é o trabalho: a crítica marxiana é uma “crítica do trabalho no capitalismo”. Essa afirmativa significa que a essência apreendida por Marx na sua análise é o capitalismo, não a sociedade humana em sentido genérico. Na avaliação de Postone, é a essência do capitalismo que precisa ser superada e abolida, e não realizada na sua superação. Tal superação exige, necessariamente, de forma associada à superação do valor e das relações sociais abstratas, a superação do trabalho que cria valor.

O autor reúne sob a denominação de “marxismo tradicional” todas as abordagens teóricas que, ao contrário da crítica marxiana, analisam o capitalismo do “ponto de vista do trabalho”. Em consequência, segundo ele, essas abordagens têm em

² A noção de que, na obra da maturidade de Marx, o trabalho está no âmago da vida social é resumida por Postone da seguinte maneira: “não se refere simplesmente ao fato de a produção material ser sempre uma pré-condição de vida social. [...] o que determina uma sociedade é também a natureza das suas relações sociais. O capitalismo, de acordo com Marx, se caracteriza pelo fato de suas relações sociais fundamentais serem constituídas pelo trabalho. O trabalho no capitalismo se objetiva não somente nos produtos materiais – o que ocorre em todas as formações sociais – mas também nas relações sociais objetivadas. [...] o duplo caráter do trabalho determinado por mercadorias é tal que a esfera do trabalho no capitalismo medeia relações que, em outras formações, existem como uma esfera de interação social aberta. Assim, ela constitui uma esfera social quase objetiva. Seu duplo caráter significa que o trabalho no capitalismo tem um caráter socialmente sintético que o trabalho em outras formações não possui. O trabalho como tal *não* constitui uma sociedade *per se*; mas o trabalho no capitalismo constitui de fato essa sociedade.” (2014, p. 184, grifos do autor).

comum uma concepção trans-histórica do trabalho e da riqueza social, dado que a categoria trabalho é compreendida como atividade mediadora entre os seres humanos e a natureza, atividade finalística para a satisfação de necessidades humanas, e que é condição da vida social. Nessa perspectiva, Postone (2014, p. 79) observa que o trabalho é *hipostasiado* e adquire excessiva significância como uma forma *essencialmente metafísica*, obscurecendo, desse modo, o papel especial que ele desempenha no capitalismo. Desse modo, sublinha o autor, “quando o trabalho no capitalismo é hipostasiado como ‘trabalho’, superar o capitalismo é considerado em termos da libertação do ‘conteúdo’ do valor da sua forma mistificada que, assim, permite que o ‘conteúdo’ seja ‘conscientemente elevado a princípio de economia’” (Ibid., p. 83).

De acordo com Postone, para o marxismo tradicional o capitalismo e suas relações sociais básicas são compreendidos principalmente em termos de relações de classe estruturadas por uma economia de mercado, pela propriedade privada e o controle privado dos meios de produção, e suas relações de dominação são entendidas em termos de dominação de classe e exploração. Essa concepção pressupõe, assim, uma tensão estrutural, por exemplo, entre mercado e propriedade privada, aspectos da vida social que caracterizam o capitalismo e a esfera constituída pelo trabalho. Segundo essa perspectiva, o trabalho constitui o mundo social e é a fonte de toda riqueza social estando, desse modo, no centro de “toda” vida social. Com isso, o que Marx analisou como características historicamente específicas do trabalho no capitalismo é atribuído trans-historicamente ao trabalho social e forma a base de onde a crítica é elaborada.

2- A especificidade histórica da categoria trabalho na análise marxiana

Na interpretação da teoria marxiana – como uma teoria social que fornece a base para uma crítica reconceituada da dinâmica básica da sociedade capitalista moderna (suas relações sociais, formas de dominação e dinâmica histórica) – o argumento principal de Postone³ é que Marx compreende a categoria trabalho como uma “categoria histórica”, própria do modo de produção capitalista, e que com a teoria do valor trata de desvendar como ela constitui uma forma peculiar de produção de riqueza. Além disso, ressalta o autor, a importância dessa obra radica na capacidade de demonstrar que, sob o

³ Para uma apresentação resumida das ideias do autor ver Postone (2005, p. 249-283).

domínio do capital, a natureza específica do trabalho determina a “forma de dominação” própria e exclusiva da sociedade capitalista que a diferencia de formas anteriores por sua “natureza abstrata” e “impessoal”. Tal tipo de dominação se distingue, desse modo, não por seu caráter pessoal ou de classe, embora essas formas particulares estejam presentes. Com isso, para Postone, apesar da teoria de Marx incluir uma crítica da exploração e da dominação de classe, sua crítica do capitalismo procura elucidar as relações sociais na sociedade moderna e sua forma própria de dominação social.⁴ Portanto, a dominação de classe, como determinação da sociedade capitalista, está anteriormente condicionada, do ponto de vista categorial, pela dominação sobre todos os indivíduos da dinâmica incontrolável de autoexpansão do valor.⁵

Postone (2005, p. 262) observa que Marx mostrava que o que é historicamente específico do capitalismo podia ser tido como trans-histórico e, por esse motivo, analisou de forma crítica as teorias próprias da época capitalista que, porém, projetavam suas categorias para a história e a sociedade em geral, abolindo dessa maneira a própria historicidade. Justamente por isso, Postone ressalta que as categorias da teoria marxiana são historicamente específicas e supõem a necessidade de uma crítica social de espécie diferente, de modo que o ponto de vista da crítica não pode ser trans-histórico ou transcendental. Portanto, “[n]enhuma teoria – incluída a de Marx – tem validade absoluta e trans-histórica dentro desse marco conceitual” (Ibid., p. 262).

Consequentemente, essa noção de centralidade do trabalho, na avaliação de Postone (2005; 2014), não subentende uma noção transhistórica de trabalho, não está relacionada ao fato de que a produção material é uma precondição eterna da vida social

⁴ Conforme lembra Marx, “[n]ão foi o capital que inventou o trabalho excedente. Toda vez que uma parte da sociedade possui o monopólio dos meios de produção, tem o trabalhador, livre ou não, de acrescentar ao tempo de trabalho necessário à sua própria manutenção um tempo de trabalho excedente destinado a produzir os meios de subsistência para o proprietário dos meios de produção. Pouco importa que esse proprietário seja o nobre ateniense, o teocrata etrusco, o cidadão romano, o barão normando, o senhor de terras ou o capitalista. É evidente que numa formação social onde predomine não o valor-de-troca mas o valor-de-uso do produto, o excedente fica limitado por um conjunto mais ou menos definido de necessidades, não se originando da natureza da própria produção nenhuma cobiça desmesurada por trabalho excedente.” (MARX, 1994: L.I, V.1, p. 265-266).

⁵ Na perspectiva da “crítica do valor” – na trilha aberta por Rubin, seguido por Backhaus e autores da atualidade como Heinrich e Postone –, adquire um lugar primordial a importância de dar visibilidade a categorias estruturantes básicas do modo de produção capitalista (mercadoria, valor, trabalho, dinheiro, capital), questionando, assim, com base na crítica da economia política de Marx, os fundamentos da sociedade capitalista. Sob esta ótica, Jappe argumenta que a crítica da economia política de Marx contém um questionamento das bases da sociedade capitalista muito mais radical, pois “o valor, o dinheiro, a mercadoria e o trabalho não são dados ‘neutros’, trans-históricos e eternos, mas constituem o coração da especificidade negativa do capitalismo moderno. Logo, são essas categorias de base que devem ser alvo de crítica, e não somente a existência das classes sociais, do lucro, do sobrevalor (ou mais-valor), do mercado e das relações jurídicas de propriedade – que são essencialmente formas de distribuição do valor, ou seja, fenômenos derivados.” (2013, p. 135).

(como produção de valores de uso), nem significa atribuir uma importância maior à produção material como dimensão da vida social. Ao contrário, ele ressalta que tal noção reside no fato de que a forma mercadoria das relações sociais, como analisada por Marx, se caracteriza por estar constituída pelo trabalho cuja especificidade histórica é seu caráter duplo.⁶ Com isso, na perspectiva do autor, a centralidade do trabalho está determinada pelo papel histórico, peculiar do trabalho no capitalismo, pelo caráter abstrato e dinâmico dos processos sociais mediados por esse trabalho e que constituem suas características fundamentais. Nas palavras do autor,

[o] que torna geral o trabalho no capitalismo não é simplesmente o truísmo de ele ser o denominador comum de todos os vários tipos específicos de trabalho; pelo contrário, é a *função social do trabalho que o torna geral*. Como atividade socialmente mediadora o trabalho é abstraído da especificidade do seu produto e, portanto, da especificidade de sua própria forma concreta. [...] ‘trabalho em geral’ serve de uma forma socialmente geral como atividade mediadora. Ainda assim, trabalho, como trabalho abstrato, é não apenas socialmente geral no sentido de que constitui uma mediação entre todos os produtores; o *caráter* da mediação também é socialmente geral. (POSTONE, 2014, p. 178, grifos do autor).

Na sociedade capitalista, apesar da mercadoria ser a principal categoria estruturante, o trabalho e seus produtos não estão distribuídos por relações de poder e dominação explícitas de tipo tradicional. Em lugar disso, os produtos de todos os indivíduos são adquiridos mediante o trabalho, que substitui assim aquelas relações tradicionais, dando lugar a uma nova classe de interdependência (universal) em que ninguém consome o que produz e todos dependem da produção de todos. Por conseguinte, a função do trabalho e dos seus produtos passa a ser um meio para obter produtos dos outros. Com isto, a distribuição do trabalho e seus produtos por meio de vínculos sociais tradicionais, característica de outras sociedades, é substituída pela troca de mercadorias, em última análise pela troca de trabalho que se transforma assim em meio para adquirir os produtos dos outros. Tal transformação só acontece quando a própria força de trabalho se tornou mercadoria para o trabalhador e, ao mesmo tempo, o

⁶ Marx (1994) mostra que, assim como a mercadoria, também o trabalho nela materializado possui duplo caráter. Portanto, é inquestionável que se trata de uma forma de trabalho histórica específica: o trabalho que produz mercadorias. Para desenvolver seu argumento ele se concentra na relação do valor de uso do trabalho e o valor que o trabalho útil incorpora. O caráter próprio da teoria de Marx sobre o valor radica exatamente na explicação precisa do tipo de trabalho que cria valor. Ele ressalta que foi o primeiro que analisou e pôs em evidência essa natureza dupla cujo conhecimento é essencial para elaborar a crítica da economia política.

dinheiro se tornou capital. A troca, desse modo, passa a ser condição para o indivíduo participar da capacidade de produção universal e para transformar seu próprio produto em meio de vida para si mesmo. Por esse motivo, “a relação dos produtores uns com os outros como vendedores e compradores se torna a conexão social que os domina” (MARX, 2010, p. 363).

Conseqüentemente, para obter acesso aos meios de subsistência através da troca, o trabalhador é constrangido a vender sua força de trabalho ao capital como valor de uso. Na troca entre capital e trabalho, sublinha Marx (2011), a separação dos meios de produção do trabalho aparece como lei necessária. Desse modo, o trabalho não objetivado, separado de todos os meios e objetos de trabalho é trabalho como “completo desnudamento”, como “existência puramente subjetiva”, como a “completa exclusão da riqueza objetiva” e expressa “[o] trabalho como a *pobreza absoluta*: a pobreza não como falta, mas como completa exclusão da riqueza objetiva” (Ibid., p. 229-230, grifos do autor).

Trata-se de uma “nova forma de dominação social” que, segundo Postone (2014, p. 186), exerce um modo de “compulsão social abstrata” cujo caráter objetivo é historicamente novo e sua determinação inicial é que os indivíduos são compelidos a produzir e trocar mercadorias para sobreviver. Nesta sociedade, por esse motivo, o indivíduo só pertence na qualidade de trabalhador, o trabalho adquire centralidade nesta forma de sociabilidade, forma que é determinada pela troca generalizada dos produtos do próprio trabalho. Conseqüentemente é possível asseverar que, na sociedade comandada pelo capital, ser trabalhador passa a ser uma exigência para garantir tanto o próprio ser como o seu pertencimento social.

Analisando a separação que se processa no capitalismo entre força de trabalho e meios de produção, Marx faz referência à noção de “pobre virtual” e afirma que a existência do trabalhador despossuído de todos os meios de sustento, mero proprietário de sua própria força de trabalho, o converte em virtualmente “*pauper*” (MARX, 2011, p. 502). Por esse motivo, ele destaca que o trabalhador personifica a “pobreza absoluta” visto que a atividade para a satisfação de suas necessidades existe nele encerrada em sua própria subjetividade, mas isolada de sua objetividade, dado que ele está despojado dos meios de trabalho e dos meios de subsistência (2010, p. 52-53). Em poucas palavras, “ele é *pauper*, como a personificação e o portador dessa capacidade para si, isolada de

sua objetividade” (Ibid., 2010, p. 53).⁷ Além disso, observa Marx, na própria natureza da coisa está fundado o paradoxo do qual a moderna economia política parece partir: por um lado, ela proclama o trabalho como fonte de toda riqueza, por outro, ela decreta a necessidade da pobreza absoluta do trabalhador enquanto única mercadoria que ele tem para vender (Ibid., p. 53-54). Em relação à noção de trabalhador livre, Marx nos *Grundrisse* afirma:

[n]o conceito de *trabalhador livre* já está implícito que ele é *pobre*: virtualmente pobre. De acordo com suas condições econômicas, ele é simples *capacidade de trabalho viva*, ou seja, dotado igualmente das necessidades da vida. Estado de necessidade em todos os aspectos, sem existência objetiva como capacidade de trabalho para sua realização. Se o capitalista não pode utilizar seu trabalho excedente, o trabalhador não pode executar o seu trabalho necessário; não pode produzir seus meios de subsistência. Não pode obtê-los então, pela troca; ao contrário, só os obtém, quando é o caso, pelas migalhas da renda que lhe caem como esmola. Como trabalhador, só pode viver à medida que troca sua capacidade de trabalho pela parte do capital que forma o fundo do trabalho. Essa própria troca está ligada a condições contingentes *para o trabalhador* e indiferentes em relação ao seu ser *orgânico*. Ele é, portanto, *pobre* em potência. [...] É só no modo de produção fundado sobre o capital que o pauperismo aparece como resultado do próprio trabalho, do desenvolvimento da força produtiva do trabalho. (2011, p. 502-503, grifos do autor).

É possível afirmar que esta passagem põe de manifesto a centralidade do trabalho na sociedade capitalista e deixa claro que, nesse contexto, Marx sustenta que ser trabalhador assalariado é condição de existência social sob o capital; que a categoria constitutiva da sociedade capitalista é o trabalho. Desse modo, na medida em que sob o capital o trabalho assume centralidade, ser trabalhador é uma condição, uma necessidade e não uma livre escolha, pois, por trás da aparência de liberdade, vender sua força de trabalho é pressuposto do pertencimento social. Para sobreviver os indivíduos são compelidos a produzir e trocar mercadorias, por essa razão, a venda da força de trabalho passa a ser um meio de conservação de sua existência física, individual.⁸

⁷ A concepção marxiana de pobreza absoluta e a noção de *pauper* acentuam o fato de que as condições objetivas do trabalho e, portanto, da produção de riqueza, estão fora dos trabalhadores e funcionam com uma lógica sobre a qual eles não têm controle.

⁸ Sob o capital os indivíduos são compelidos a produzir e trocar mercadorias para sobreviver, mas, contraditoriamente, como mostra Marx em seu tratamento da acumulação, o aumento da produtividade gera uma tendência para o aumento da proporção de trabalho objetivado em relação ao trabalho vivo. Como consequência dessa tendência, com base em processos de produção sempre tecnologicamente mais avançados, caracterizados pela subsunção real do trabalho ao capital, cada vez se requer menos força de trabalho para níveis mais elevados de produtividade, resultando na criação de uma população relativamente supérflua. (MARX, 1994, p. 712-751).

3- Troca generalizada, valor e estranhamento

A predominância da troca sobre todas as relações de produção só se desenvolve nesse tipo de sociedade. Trata-se, como dito antes, da necessidade permanente da troca de atividades e de produtos e do valor como mediador geral imprescindível para os indivíduos. Para Marx (2011, p. 105), por essa razão, o valor é uma forma de conexão social, um universal, que apaga toda individualidade e adquire poder coisificado perante as pessoas, se apresentando para elas como algo estranho e autônomo. Por conseguinte,

[o] caráter social da atividade, assim como a forma social do produto e a participação do indivíduo na produção, aparece aqui diante dos indivíduos como algo estranho, como coisa; não como sua conduta recíproca, mas como sua subordinação a relações que existem independentemente deles e que nascem do entrelaço de indivíduos indiferentes entre si. A troca universal de atividades e produtos, que deveio condição vital para todo indivíduo singular, sua conexão recíproca, aparece para eles mesmos como algo estranho, autônomo, como uma coisa. No valor de troca, a conexão social entre as pessoas é transformada em um comportamento social das coisas; o poder [*Vermögen*] pessoal, em poder coisificado. (MARX, 2011, p. 105).

A centralidade do trabalho no capitalismo também fica evidente quando Marx (2011, p. 388) ressalta que os indivíduos nesta sociedade se relacionam como meros trabalhadores. É próprio desta forma de organização social o indivíduo aparecer como trabalhador nessa “nudez” e nu de outras relações sociais; em contraste, nas formas que precederam a sociedade capitalista os indivíduos não se relacionavam como trabalhadores. Em suas palavras,

os indivíduos não se relacionavam como trabalhadores, mas como proprietários – e membros de uma comunidade que ao mesmo tempo trabalham. A finalidade desse trabalho não é a *criação de valor* – embora eles possam realizar trabalho excedente para trocá-lo por trabalho *alheio*, i.e., proprietário singular e de sua família, bem como a da comunidade como um todo. O pôr do indivíduo como um *trabalhador*, nessa nudez, é ela própria um produto *histórico*. (MARX, 2011, p. 388, grifos do autor).

De acordo com Marx, nesta forma de organização social, a necessidade de primeiro transformar o produto ou a atividade dos indivíduos na forma de valor de troca, no dinheiro, comprova que o poder social dos indivíduos reside nessa “forma coisal” e demonstra: que eles produzem unicamente para a sociedade e na sociedade; que sua produção não é imediatamente social, os indivíduos estão submetidos à produção social que existe fora deles como uma “fatalidade” (MARX, 2011, p. 106).

Com isso, para os indivíduos a condição universal da troca aparece como algo estranho, autônomo, que existe independente deles. Os indivíduos, que nas sociedades pré-capitalistas possuíam laços abertos de dependência, sob o capital passam a ser dominados por uma “relação de dependência coisal”, por abstrações. Em outras palavras, a dependência coisal pode ser resumida como “relações sociais autônomas contrapostas a indivíduos aparentemente independentes” e “suas relações de produção recíprocas se apresentam deles próprios autonomizadas” (MARX, 2011, p.112).

A independência dos indivíduos entre si e em relação às condições de existência – visto que são quebrados os laços de dependência pessoal, as diferenças de sangue, de cultura etc. – não passam de mera ilusão e aparecem para eles, apesar de geradas pela sociedade, como condições naturais, incontroláveis (MARX, 2011, p. 111). Pode-se afirmar que essa independência, de fato, é ilusória se considerada a substituição da dependência pessoal pela dependência universal dos indivíduos às relações constituídas por suas práticas e deles autonomizadas.

Essas são as circunstâncias que, para Marx (2012, p. 81), indicam que o “trabalhador se torna um servo de seu objeto”, na medida em que cada vez mais o mundo exterior deixa de ser um meio de vida do seu trabalho, um objeto que lhe pertence; e cada vez mais o mundo externo, a natureza sensível deixa de ser um meio imediato para a subsistência física do trabalhador. “O auge desta servidão é que somente como trabalhador ele [pode] se manter como sujeito físico e apenas como sujeito físico ele é trabalhador” (Ibid., p. 82). Mais uma vez, essa passagem não deixa dúvidas que a crítica de Marx é crítica do trabalho no capitalismo, crítica desta forma social que unidimensionaliza os sujeitos como trabalhadores.

Nesse processo, para Marx, o estranhamento se aprofunda com a crescente autonomia assumida pelas condições objetivas do trabalho em relação ao trabalho vivo, a riqueza social confrontando o trabalho como poder estranho em proporções cada vez mais poderosas. Em outros termos, com o desenvolvimento das forças produtivas do trabalho social, o trabalho objetivado cresce em relação ao trabalho vivo, uma vez que força produtiva do trabalho crescente significa a necessidade de menos trabalho imediato para criar mais produto e, portanto, que a riqueza se expressa cada vez mais nas condições do trabalho criadas pelo próprio trabalho. Em síntese,

o não pertencer-ao-trabalhador, mas às condições de produção personificadas, *i.e.*, ao capital, o enorme poder objetivado que o próprio trabalho social contrapõe a si mesmo como um de seus momentos. Na

medida em que, do ponto de vista do capital e do trabalho assalariado, a geração desse corpo objetivo da atividade se dá em oposição à capacidade de trabalho imediata – esse processo de objetivação aparece de fato como processo de alienação, do ponto de vista do trabalho, ou de apropriação do trabalho alheio, do ponto de vista do capital –, tal distorção ou inversão é *efetiva* e não *simplesmente imaginada*, existente simplesmente na representação dos trabalhadores e capitalistas. (MARX, 2011, p. 706, grifos do autor).

Em relação ao processo de alienação do trabalhador pode-se acrescentar – a partir do exame do valor que deveio capital e do trabalho vivo como simples valor de uso oposto ao capital – que o trabalho vivo cria a riqueza como riqueza alheia, riqueza do capitalista estranha à capacidade de trabalho e a indigência da capacidade de trabalho viva como riqueza própria: “o trabalho vivo aparece como simples meio para valorizar o trabalho objetivado, morto, para impregná-lo de uma alma vivificante e perder no trabalho morto sua própria alma” (MARX, 2011, p. 379). Por conseguinte, a força de trabalho sai do processo de produção como condição para a valorização e conservação das condições objetivas e fica mais pobre da energia vital despendida.

Em poucas palavras, para o trabalhador o material e o instrumento com que trabalha são estranhos, o seu trabalho objetiva-se em algo que não lhe pertence, quer dizer que o produto se apresenta como propriedade alheia – combinação de material alheio, instrumento alheio e trabalho alheio (MARX, 2011, p. 380). Nesse sentido, o trabalho assalariado, trabalho produtor de capital, é “trabalho vivo que produz como poderes estranhos perante a si mesmo, como *valores existentes por si, independentes dele*, tanto as condições objetivas de sua efetivação como atividade quanto os momentos objetivos de sua existência como capacidade de trabalho” (Ibid., p. 380, grifos do autor). Os meios de trabalho, deste modo, se apresentam frente ao trabalhador como formas de existência que o dominam e são dele independentes: “a unidade coletiva na cooperação, a combinação na divisão do trabalho, a utilização das forças naturais e das ciências, dos produtos do trabalho como maquinaria, tudo isto se contrapõe aos trabalhadores individuais, de forma autônoma, como um ser alheio, objetivo, que lhes pré-existe” (MARX, 1985, p. 127).

Com o modo de produção capitalista, a força produtiva social do trabalho se desenvolve e cresce perante o trabalhador a riqueza acumulada como capital, portanto, “como domínio sobre a capacidade de trabalho viva, como valor dotado de poder e vontade próprios” (MARX, 2011, p. 372), como riqueza alheia acumulada que o domina, ao passo que se desenvolve na mesma proporção a sua pobreza, indigência e

sujeição subjetivas: “[o] seu esvaziamento e essa plethora correspondem-se, vão a par” (MARX, 1985, p. 135). Em outros termos, “[c]om a *valorização* do mundo das coisas [*Sachenwelt*] aumenta em proporção direta a *desvalorização* do mundo dos homens [*Menschenwelt*]” (MARX, 2012, p. 80, grifos do autor).

Desse modo, nesta sociedade, ao mesmo tempo em que cresce a riqueza social acumulada como capital, os indivíduos unidimensionalizados, nus de outras relações, são reduzidos a meros trabalhadores, contraditoriamente, e de forma concomitante, sua conexão social se dá através do trabalho (centralidade do trabalho) e perdem o sentido de seu trabalho. Por essa razão, se a centralidade do trabalho no capitalismo pode ser entendida como sinônimo de modo de produção infinito de valor é praticamente um truísmo dizer que a crítica à centralidade é um imperativo, pois, em lugar de constituir uma manifestação de liberdade, de realização, ela expressa a dominação abstrata do trabalho pela dinâmica do seu produto, a auto-escravização dos indivíduos, da humanidade. A centralidade que o trabalho adquire sob o capital constitui um impedimento para o pleno desenvolvimento das capacidades humanas, para a humanização do ser humano. Tal desenvolvimento seria possível como resultado do aumento da produtividade do trabalho social se superada a forma burguesa de riqueza como valor, como controle do trabalho alheio.

A forma burguesa específica de riqueza como valor, com sua própria forma de individualidade social, corresponde ao segundo estágio de desenvolvimento das formas sociais identificado por Marx, e difere das primeiras formas caracterizadas por relações de dependência pessoal e natural, nas quais a produtividade humana se desenvolvia de maneira restrita e em pontos isolados. Esse segundo estágio, para Marx (2011, p. 587), que está fundado na oposição entre capital e trabalho assalariado, é o último desenvolvimento da “relação de valor e da produção baseada no valor”.

Muito embora a massa de tempo de trabalho imediato continue sendo o fator determinante da produção capitalista, como resultado do desenvolvimento da grande indústria, do progresso da tecnologia e da aplicação da ciência à produção, “a criação da riqueza efetiva passa a depender menos do tempo de trabalho e do *quantum* de trabalho empregado que do poder dos agentes postos em movimento durante o tempo de trabalho” (MARX, 2011, p. 587). Por essa razão, observa Marx, o trabalhador em vez de ser o agente principal, se coloca ao lado do processo de produção e, assim, o que “aparece como sustentação da produção e da riqueza” é a apropriação de sua própria força produtiva geral. Dessa maneira, a garantia da produção e da riqueza “não é nem o

trabalho imediato que o próprio ser humano executa nem o tempo que ele trabalha” (MARX, 2011, p. 587). Em virtude disso, afirma Marx, “[o] roubo do tempo de trabalho alheio, sobre o qual a riqueza atual se baseia, aparece como fundamento miserável em comparação com esse novo fundamento desenvolvido, criado por meio da própria grande indústria.” (Ibid. p. 588, grifos do autor).

Para Marx, nesse esboço dos diferentes estágios de desenvolvimento das formas sociais, o terceiro estágio seria resultado das condições criadas pelo segundo, e consistiria na “livre individualidade fundada sobre o desenvolvimento universal dos indivíduos e [n]a subordinação de sua produtividade coletiva, social, como seu poder social” (2011, p. 106). Nesse terceiro estágio, a distribuição modificada dos meios de produção partiria de uma base de *produção modificada, nova*, originada por meio do processo histórico (MARX, 2011, p. 707). Vale dizer, não se trataria como, segundo Postone (2014), sugere o marxismo tradicional do mesmo modo de produção com um modo de distribuição mais justo, mas de uma base de produção modificada. Evidentemente, Marx, conforme sustenta Postone, realiza aqui uma crítica do trabalho no capitalismo, crítica que, não limitada à distribuição da riqueza, tem como objeto tanto o capital como o trabalho, vale dizer, o modo de produção. Só assim seria possível alcançar a plena realização da liberdade como controle do trabalho por parte da humanidade e do desenvolvimento pleno das individualidades e, como consequência, a “pobreza absoluta” e o estranhamento inerentes à sociedade capitalista seriam superados. Trata-se, em poucas palavras, de libertar a humanidade do constrangimento lógico do valor, dessa coerção abstrata.

4- Crítica negativa: crítica à centralidade do trabalho que considera a totalidade capitalista

Marx, conforme argumenta Postone (2014, p. 83), ao formular uma “crítica do trabalho no capitalismo” com base na análise da especificidade histórica do trabalho transformou a essência da crítica social baseada na teoria do valor-trabalho de “positiva” em “negativa”.

A “crítica do trabalho no capitalismo” – a crítica negativa – tem como objetos da crítica tanto o capital como o trabalho e é desenvolvida com base no que poderia ser, como um potencial imanente da sociedade existente, apontando a possibilidade de outra formação social. Trata-se, conseqüentemente, de um ponto de vista de crítica temporal,

de uma possibilidade que se manifesta da natureza contraditória da ordem existente, mas que não deveria ser identificado com nenhuma forma existente nesta forma de organização social (Ibid, 419). Tal crítica “não [é] apenas uma crítica da exploração do trabalho e do modo de distribuição”. Ao contrário, “a contradição fundamental da totalidade capitalista deve ser vista como intrínseca ao reino da produção em si, e não apenas uma contradição entre as esferas de produção e distribuição” (Ibid, p. 148). Para Postone é “na forma de trabalho no capitalismo” que são fundamentadas essencialmente a dominação abstrata e a exploração característica do trabalho no capitalismo (2014, p. 188). Consequentemente,

A teoria marxiana inclui, evidentemente, uma análise da exploração e dominação de classe, mas vai além da investigação da distribuição desigual da riqueza e do poder no capitalismo, e apreende a própria natureza do seu tecido social, sua forma singular de riqueza e sua forma intrínseca de dominação. (POSTONE, 2014, p. 180).

Para o autor, em contraste, a crítica positiva do trabalho é uma crítica social do “ponto de vista do trabalho”, não aponta para além do existente, pois consiste na crítica do que é com base no que também é e, assim, subentende só uma variação no interior da formação social capitalista (POSTONE, 2014, p. 84).

A análise do ponto de vista do trabalho faz uma crítica “positiva” ao capitalismo, na medida em que a possibilidade de organizar a produção de uma forma mais justa e racional está estruturada e baseada no modo de produção industrial próprio do capitalismo. Sob essa perspectiva, o que deveria ser transformado seria o “modo de distribuição” e, com isso, sendo eliminadas as relações sociais capitalistas compreendidas de maneira exclusiva como propriedade privada e mercado, seria superada a dominação social e a classe trabalhadora seria a classe universal no socialismo, assim como os capitalistas são a classe dominante nesta forma de organização social. Sob esse ponto de vista, na avaliação de Postone, a crítica positiva é resultado da projeção trans-histórica do que é específico do capitalismo – o trabalhador assalariado – e que trata as categorias marxianas como categorias de uma “economia política crítica”, em vez de uma “crítica da economia política” (POSTONE, 2014, p. 458).⁹

A crítica negativa do trabalho, como mostrado, é uma crítica à centralidade do trabalho, crítica que considera a totalidade capitalista, tanto o capital como o trabalho e,

⁹ Heinrich (2008), na análise crítica do “marxismo tradicional ou ideológico”, também ressalta a diferença entre a “economia política marxista” e “crítica da economia política”. Cf. (p. 39-55).

em virtude disso, não reduz a crítica à distribuição da riqueza e à necessidade de organizar de uma forma mais justa a sua distribuição.

Duayer (2011, p. 98), nessa mesma perspectiva, reconhece a existência de dois tipos de crítica: a “crítica positiva” e a “crítica negativa”. A primeira é a crítica que considera o mundo como um dado insuperável, inalterável, de modo que a compreensão, descrição e as práticas estimuladas por tal crítica sempre se circunscrevem a este mundo imediato, anistórico. Por conseguinte, a crítica positiva interdita por princípio “toda prática que transcende os limites da reprodução do existente, seja em conformidade com uma concepção anistórica da sociedade, seja em razão de uma concepção da história como absoluta contingência” (DUAYER, 2011, p. 99). Tal concepção, esclarece o autor, não significa indiferença às infâmias desse mundo. Todavia, se as misérias sociais são próprias da forma social, neste caso, capitalista, uma ciência social, sendo positiva, evidentemente não tem como investigar as verdadeiras causas das misérias sociais, restringindo-se, por isso, a estudar formas de atenuar e gerenciar os efeitos dos “sofrimentos cotidianos” sempre nos limites deste mundo.

Por contraste com tal modalidade de crítica, a teoria social marxiana é “crítica negativa” da sociedade do capital. Trata-se da “crítica das formas correntes de figurar o mundo, das descrições correntes do mundo, compatíveis com e necessárias para um mundo que parece se reproduzir sempre da mesma forma” (DUAYER, 2011, p. 99). Desse modo, em oposição à crítica positiva, a crítica negativa figura “o mundo social como mundo histórico, portanto, mutável [...] [abrindo] espaço para práticas sociais compatíveis com a historicidade do mundo” (Ibid., p. 99).

Bibliografia

DUAYER, M. Mercadoria e trabalho estranhado: Marx e a crítica do trabalho no capitalismo. In: *Margem Esquerda. Ensaios marxistas*, Nº 17, novembro. São Paulo: Boitempo, 2011, p. 88-99.

_____. Marx e a crítica ontológica da sociedade capitalista: crítica do trabalho. *Em Pauta*, Nº 29, V 10, 1º Semestre, Rio de Janeiro, 2012, p. 35-47.

_____. ESCURRA, M. F., SIQUEIRA, A. V. A ontologia de Lukács e a restauração da crítica ontológica em Marx. In: *Revista Katálysis*, Florianópolis, v. 16, n. 1, jan./jun., 2013, p. 17-25.

ESCURRA, M. F. *Pobreza no Capitalismo: elementos para a análise crítica com base na teoria valor-trabalho de Marx*. Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2015.

HEINRICH, M. *Crítica de la economía política. Una introducción a El Capital de Marx*. Madrid: Escolar y Mayo Editores, 2008.

JAPPE, A. *Crédito à morte. A decomposição do capitalismo e suas críticas*. São Paulo: Hedra, 2013.

MARX, K. *Capítulo VI Inédito de O Capital. Resultados do Processo de Produção Imediata*. São Paulo: Editora Moraes, 1985.

_____. *O Capital. Crítica da Economia Política*. 12 edição, livro 1, volume I e II, Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 1994.

_____. *Para a Crítica da Economia Política. Manuscrito de 1861-1863. Cadernos I a V. Terceiro Capítulo – O Capital em geral*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010.

_____. *Grundrisse. Manuscritos econômicos de 1857-1858. Esboços da crítica da economia política*. São Paulo: Boitempo, 2011.

_____. *Manuscritos Econômico-filosóficos*. São Paulo: Boitempo, 2012.

POSTONE, M. Repensando a Marx (em un mundo post-marxista). Capítulo 9. In: *Lo que el trabajo esconde*. Madrid: Traficantes de sueños, 2005. P. 249-282.

_____. *Tempo, trabalho e dominação social*. São Paulo: Boitempo, 2014.